

ÍNDICE

Lista de siglas e abreviaturas	5
Nota de autora	7
Resumo	9
Abstract	11
Índice geral	13
Introdução	15
1. Funcionamento e uso do reconhecimento facial	19
1.1. Funcionamento da tecnologia de reconhecimento facial em seus aspectos fundamentais	19
1.2. Usos e benefícios do reconhecimento facial	24
1.3. Utilização prática por órgãos de investigação no mundo	33
2. Questionamentos sobre o uso do reconhecimento facial.	39
2.1. O caso Edward Bridges v. the Chief Constable of South Wales Police. .	39
2.2. Intervenção em direitos fundamentais pelo reconhecimento facial . .	42
2.2.1. Direito à vida privada	42
a) Privacidade e reconhecimento facial	42

b) O caso Edward Bridges e a análise da privacidade à luz da CEDH . . .	45
c) O reconhecimento facial à luz da Quarta Emenda à Constituição dos EUA.	49
2.2.2. Proteção de dados pessoais.	53
a) Proteção de dados e reconhecimento facial	53
b) O caso Edward Bridges e a análise da proteção de dados pessoais . . .	54
c) Análise à luz das normas europeias de proteção de dados pessoais . . .	56
2.2.3. Liberdades de expressão e de reunião	59
a) Reconhecimento facial e liberdades de expressão e de reunião	59
b) O caso Edward Bridges e a análise das liberdades de expressão e de reunião à luz da CEDH.	60
c) O reconhecimento facial à luz da Primeira Emenda à Constituição dos EUA.	62
2.3. Imprecisão e vieses do reconhecimento facial	64
2.3.1. O risco de erros desproporcionais para minorias: imprecisão e vieses nas tecnologias de reconhecimento facial	64
2.3.2. Casos de erros de identificação	74
2.3.3. O caso Edward Bridges e a violação da igualdade	75
2.3.4. O reconhecimento facial à luz da “Equal Protection Clause” da Décima Quarta Emenda à Constituição dos EUA	77
2.4. Falta de regulamentação e transparência.	78
2.4.1. Uso do reconhecimento facial, transparência e regulamentação . . .	78
2.4.2. O caso Edward Bridges e a base jurídica suficiente para o reconhecimento facial (“de acordo com a lei” – art. 8º, n. 2, CEDH)	81
a) Autorização legal e suficiência.	81
b) Necessidade e proporcionalidade.	84
2.5. O reconhecimento facial como prova e suas limitações	86
2.5.1. Admissibilidade como prova e o caso Daubert	86
a) Testabilidade	86
b) Revisão por pares e publicação	87
c) Índice de erro	87
d) Standards da técnica.	88
e) Aceitação geral	88
2.5.2. Contestabilidade da prova à luz da “Confrontation Clause” da Sexta Emenda à Constituição dos EUA	90
 3. Recomendações e propostas de regulação	 95
3.1. Necessidade de legislação específica.	95
3.2. Finalidade	96

3.3. Necessidade	97
3.4. Transparência	99
3.5. Auditabilidade	101
3.6. Exclusão dos dados	102
3.7. Consistência ou regularidade procedimental	103
3.8. Limitações aos bancos de dados pesquisáveis	104
3.9. Exigência de padrões de precisão	107
3.10. Verificação humana	107
3.11. Avaliação de impacto	108
3.12. Critérios de risco e distinção entre os usos do reconhecimento facial	109
Conclusão	113
Bibliografia	119
Jurisprudência citada.	125

